

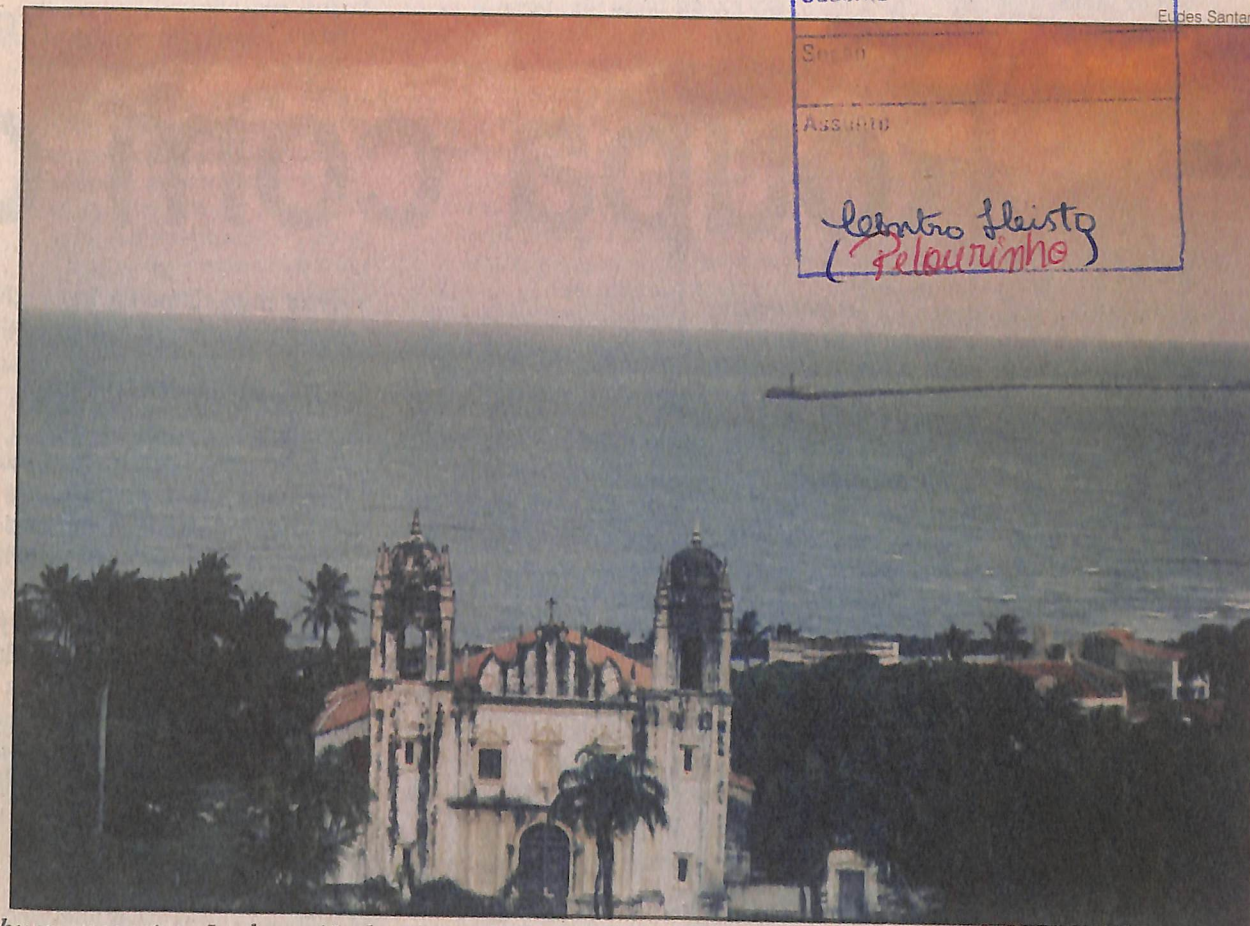
PMS	FML	ELHN
BIBLIOTECA		
Jornal Caderno da GAZETA MERCANTIL - Página 17		
Data	8 e 09/07/2000	
Cadastro		
Sessão		
Assunto	Centro Histórico Pelourinho	

CULTURA

■
m
mo, sof
mos, com
tidos com
fazer
mais
vestidos
inda
tas
eiras
al



Marco Aurélio Martins



Eudes Santana

Conjunto arquitetônico do Pelourinho, em Salvador, e vista da cidade de Olinda, em Pernambuco: reconstrução da região histórica da capital baiana é o alvo das críticas mais severas

URBANISMO

Como dar vida ao passado

Dilemas da recriação de centros históricos

ALESSANDRA SIMÕES
de São Paulo

Em outubro do ano passado, uma notícia falsa agitou os bastidores da prefeitura de Olinda, em Pernambuco. Uma revis-

ciativas serem recentes, muitos profissionais já apontam erros cruciais. O principal deles seria o interesse das administrações em apenas "maquiá-las" as regiões para divulgar a imagem turística da cidade. Geralmente, as áreas reconstruídas têm se



Pinacoteca do Estado, em São Paulo: exceção na paisagem

dos centros também é o objetivo principal do Programa Monumenta, uma parceria entre o Ministério da Cultura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) anunciada nas comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil. O Monumenta

ram os pátios de alguns casarios. Pessoa aponta São Luís como o melhor exemplo de investigação técnica. No livro "Centro Histórico de São Luís", são apresentadas as minuciosas classificações feitas pelos técnicos sobre a tipologia das construções. O resultado tem sido lento, mas eficiente. Mesmo assim, o núcleo de obras já restauradas em São Luís continua sofrendo a síndrome das "cidades-museus", completamente deserto de noite e nos fins de semana.

Os mesmos sintomas aparecem no Pátio de São Pedro, em Recife. Virar vitrine turística sem investimento no uso misto dos centros tem sido prejudicial para a formação de um cotidiano ativo nessas regiões. Um levantamento conduzido pela Empresa de Urbanização do Recife (Urb) em conjunto com a Fundação de Desenvolvimento Municipal (Fidem) demonstrou o potencial habitacional nos bairros centrais da capital pernambucana. Em São José e Santo Antônio, em 1997, por exemplo, de 4.944 casas pesquisadas, apenas 238 tinham uso residencial. 990 eram

aproveitando a ampla infra-estrutura existente nos locais. Essa infra-estrutura, porém, precisa ser inteiramente revista. A insalubridade ainda é um aspecto comum nas construções históricas. Um censo feito em Olinda em 1980, por exemplo, constatou que muitas casas não tinham sanitário, ou seja, continuavam com a mesma estrutura do período colonial. O secretário do Patrimônio, Antenor Vieira de Melo, e o coordenador do Programa Monumenta em Olinda, André Pina, dizem, com bom humor, que Olinda foi tombada e recebeu o título de patrimônio da humanidade porque preserva até hoje as características de uma "civilização nos trópicos", na definição do sociólogo Gilberto Freyre.

Como Olinda, cada centro histórico tem uma imagem especial. Os casarios revestidos de azulejos deram a São Luís o título de patrimônio da humanidade. Belém, atualmente de olho no título, tem um dossiê praticamente pronto, no qual

A vocação residencial das áreas históricas

usará como argumento as características culturais do conjunto do mercado Ver-o-Peso. Valmir Santos, di-



ta anunciava que a cidade estava sob ameaça de perder o título de patrimônio histórico da humanidade, concedido pela Unesco. Autoridades tiveram de realizar às pressas um encontro para dar explicações à população e revelar a origem do boato: a então recente visita de Jorge Wertheim, representante da Unesco no Brasil, à prefeitura e ao governo do Estado, para manifestar sua preocupação com a deterioração das construções históricas de Olinda.

O quadro apontado — com construções irregulares e ocupações clandestinas — não revela apenas a “violação aos princípios da Unesco”, mas um dos tratamentos que vêm sendo conferidos aos centros históricos das principais capitais brasileiras. Nos últimos anos, essas regiões passam por grandes intervenções em seus patrimônios arquitetônicos.

Os projetos passaram a ser implementados de forma mais efetiva nesta década, envolvendo questões complexas, como a reinserção da trama urbana do centro à dinâmica da cidade, o uso habitacional das construções históricas e as soluções técnicas ideais para sua restauração.

Este jornal percorreu as cidades de Belém, São Luís, Recife, Olinda (escolhida pela proximidade da região metropolitana de Recife), Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro para fazer um levantamento de como estão postos em prática esses programas. Na maioria das cidades, foram dados passos iniciais, como a restauração de construções isoladas ou de microrregiões dentro dos perímetros centrais. Apesar de as ini-

transformado em “cidades-museus”, com um belo patrimônio histórico restaurado, mas sem uma população que as freqüente sistematicamente.

O aspecto mais positivo dos projetos tem sido o estancamento do processo de deterioração arquitetônica. Entretanto, muitas contradições ainda estão latentes. Recife, por exemplo, preferiu priorizar as coloridas fachadas do bairro Recife Antigo, do começo do século, para deixar de lado os mais importantes patrimônios coloniais, que estão instalados em outros dois bairros centrais: Santo Antônio e São José. O Pelourinho virou vitrine turística de

Salvador, mas não se conseguiu esconder a miséria em que vive a população em seu entorno, onde estão prédios históricos abandonados e em risco de desabamento. Sómente há um mês o centro de Belém ga-

O principal equívoco dos governos é “maquiar” as regiões para atrair turistas

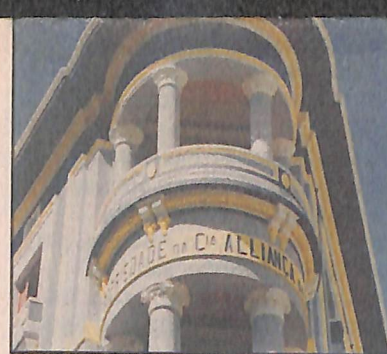
nhou um área adequada de apreciação da bela paisagem da baía de Guajará, com a restauração da Estação das Docas e a instalação de um centro gastronômico no local. No Rio de Janeiro e em São Paulo — onde quase todo o patrimônio colonial foi destruído por causa do crescimento acelerado a partir de fins do século XIX —, centros culturais em prédios neoclássicos são exceções na paisagem.

Nos gabinetes oficiais e nas sedes de organizações civis — como a Viva o Centro, em São Paulo —, não faltam projetos. A Caixa Econômica Federal, por exemplo, deve anunciar em breve um programa inédito de linhas de crédito para financiamento de imóveis residenciais nos centros históricos. A auto-sustentação econômica

que conta com o aconselhamento de um grupo internacional de observadores, promete investimentos iniciais de US\$ 200 milhões em cinco anos.

A cooperação com especialistas estrangeiros tem permitido aos profissionais brasileiros elaborar uma visão mais complexa do tratamento conferido aos centros históricos do país. Em junho, no IV Encontro do Programa para a Revitalização dos Centros Históricos das Cidades da América Latina e do Caribe (Sirchal), em Salvador, publicou-se um documento apontando as principais falhas na revitalização do Pelourinho. O uso misto das regiões históricas — que deveriam mesclar comércio, residência e centros culturais — foi apontado como principal solução pelo coordenador internacional do encontro, Leo Orellana. Segundo ele, enquanto no Brasil é reduzidíssimo o investimento privado em áreas em recuperação, na Europa, 70% dos investimentos do setor de construção civil destinam-se a edifícios históricos.

No Pelourinho, dos mais de R\$ 100 milhões gastos desde 1991, quando foi iniciado o programa, 90% partiram do Estado. Desde o lançamento do programa de revitalização, já foram gastos mais de R\$ 11 milhões em eventos culturais na região. O principal problema desse tipo de investimento é que grande parte das festas se realiza no período de férias e em outras épocas do ano o centro não consegue se sustentar economicamente. Os espetáculos atraem patrocinadores porque têm custos mais baixos do que a recuperação de obras arquitetônicas e projetam o nome das empresas de forma rápida.



Recife: escolhas discutíveis

Outro problema apontado na recuperação do Pelourinho é a utilização de tintas inadequadas para a pintura das fachadas, além da falta de fiscalização na manutenção dos prédios. Dimitri Ganzelevitch, morador do centro histórico de Salvador desde a década de 70, já viu várias vezes ornamentos, portas e grades de casas históricas serem furtados em plena luz do dia. “O instituto de patrimônio está a poucos metros daqui e não faz nada”, diz. Ele também reclama do uso de tinta acrílica nas fachadas, que criam bolhas e descascam rapidamente, e do incentivo à criação de lojas de artesanato produzido em série. “Quisera fazer um cenário para telenovela”, lamenta Ganzelevitch. “O povão foi expulso de um espaço que conquistou historicamente. A classe média se sente culturalmente desalojada. E a classe alta não quer nem ouvir falar no Pelourinho.”

Segundo José Simões de Belmont Pessoa, superintendente do Iphan no Rio de Janeiro, a falta de acabamento das reformas se deve à pressa. Ele acredita que em Salvador os problemas foram mais extremos, como as novas praças internas que desvirtua-

usadas como depósito e 1.097 estavam completamente vazias. No Recife Antigo, princi-

pal cartão postal do centro, há apenas mil moradores, dos quais 900 na favela Comunidade do Pilar.

O paternalismo é uma das atitudes que o Programa Monumenta pretende evitar. “Nada será dado de mão beijada”, diz o coordenador Pedro Tadei Neto, referindo-se aos empréstimos a serem concedidos. Aliando empréstimos do BID a recursos públicos e privados, o projeto pretende assegurar que os centros históricos continuem se sustentando posteriormente aos investimentos. Não podem fechar convênio com o Monumenta os municípios em déficit nos três últimos orçamentos — o que está sendo muito difícil de encontrar. Até agora, foram incluídos Ouro Preto, Olinda, Rio de Janeiro e Recife — esta, por exemplo, enviou o projeto de uma espécie de shopping cultural, o Pólo Alfândega. Segundo Rubia Simões, da Empresa de Urbanização do Recife, para sua realização, cada R\$ 1 de investimento público terá a contrapartida de R\$ 3 de patrocinadores privados. Outro exemplo interessante é o do Rio de Janeiro, onde a Ordem Terceira de São Francisco terá 20 anos para pagar os empréstimos destinados à reforma de prédios históricos de sua propriedade, que passarão a abrigar apartamentos para a classe média.

Durante o encontro em Salvador, a arquiteta Helena Galiza afirmou que o projeto da Caixa Econômica Federal pretende beneficiar famílias de baixa renda nos centros de Salvador, São Luís, São Paulo e Rio,

começa a ser corretamente avaliada

retor do Departamento de Patrimônio Histórico do Município, afirma que o local sintetiza a cultura pa-

raense, pois já era ocupado por uma tribo tupinambá antes da chegada dos portugueses. A região ainda guarda aspectos peculiares pouco estudados, como a arquitetura do período pombalino, do século XVIII, quando órgãos do governo português foram transferidos para o então centro da província do Grão-Pará.

Aspectos como esses poderiam ser mais explorados por programas de turismo cultural. O economista Clóvis Cavalcanti, da Fundação Joaquim Nabuco, lembra que o turismo sexual ainda responde por grande parte do afluxo de estrangeiros a Recife. O panorama é bem diferente do testemunhado por Cavalcanti em Cuenca, no Equador, onde os turistas, munidos de livros e guias, procuravam conhecer melhor a arquitetura e a história da região.

O caminho no Brasil é longo, mas os passos iniciais já foram dados. Em várias cidades, a própria população está procurando os órgãos responsáveis para utilizar incentivos fiscais na recuperação de seus imóveis. Cada novo projeto anunciado é mais um incentivo para outras idéias. Belém, por exemplo, está se inspirando no projeto Corredor Cultural, no Rio de Janeiro, para revitalizar parte de seu centro histórico. Trata-se de um cenário bem diferente do que se via há dez anos. Até então, os moradores dos centros históricos pareciam habitar cidades bombardeadas. Agora, eles torcem por projetos mais coerentes, que deem prosseguimento à reconstrução da chamada “civilização nos trópicos”. ■

Projeto para o centro de São Luís: estudo acurado

